



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE
SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO**

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO)

RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DE 2015

PARECER N.º 04/2015-CONDEL/SUDECO
Brasília (DF), 23 de novembro de 2015

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	5
3. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	7
4. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.....	7
4.1. DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES	8
4.2. PROGRAMAS E LINHAS DE FINANCIAMENTO	8
5. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015	9
5.1. RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2015.....	9
5.2. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF E SETOR	9
5.3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	10
6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2015	11
6.1. RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE DE 2015	11
6.2. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE POR UF E SETOR	12
6.3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	12
7. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2015	13
7.1. ORÇAMENTOS PREVISTO E REALIZADO	13
7.2. ALOCAÇÃO DO ORÇAMENTO REALIZADO POR UF E SETOR	13
8. DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1º SEMESTRE DE 2015	13
8.1. CONTRATAÇÕES POR UF	14
8.1.1. Contratações no DF.....	15
8.1.2. Contratações no Estado de GO.....	15
8.1.3. Contratações no Estado de MS	17
8.1.4. Contratações no Estado de MT	17
8.2. CONTRATAÇÕES POR PORTE	18
8.2.1. Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores.....	19
8.2.2. Contratações com médios e grandes tomadores.....	20
8.3. CONTRATAÇÕES POR SETOR	20
8.3.1. Contratações com o setor empresarial	20
8.3.2. Contratações com o setor rural.....	20
8.4. CONTRATAÇÕES POR LINHA DE FINANCIAMENTO.....	21
8.4.1. Contratações com o setor comercial e de serviços.....	22
8.5. CONTRATAÇÕES PARA CUSTEIO E AQUISIÇÃO DE INSUMOS E/OU MATÉRIA-PRIMA	23
8.6. CONTRATAÇÕES POR ESPAÇO PRIORITÁRIO	24
8.6.1. Contratações na Faixa de Fronteira	24
8.6.2. Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas	24
8.6.3. Contratações segundo a Tipologia dos Municípios	24
8.6.4. Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE).....	25
8.7. CONTRATAÇÕES COM NOVOS BENEFICIÁRIOS	25
8.8. CONTRATAÇÕES POR INSTITUIÇÃO OPERADORA (IO).....	25
8.9. SITUAÇÃO DA DEMANDA	26
9. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES E PRIORIDADES.....	27
9.1. PRIORIDADES GERAIS, SETORIAIS E ESPACIAIS	27
10. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS	31
10.1. SALDO DE FINANCIAMENTOS POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	31
10.2. SALDO DE FINANCIAMENTOS POR RISCO OPERACIONAL	32
10.3. SALDOS DE FINANCIAMENTOS VINCENDOS E VENCIDOS – ÍNDICES DE INADIMPLÊNCIA	32
11. AUDITORIA EXTERNA	33

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

12. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SUDECO	34
13. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES.....	35
14. PARECER	36

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório resulta do trabalho realizado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com o objetivo de avaliar o Relatório, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2015, a que se refere o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

Com esse propósito, aborda os financiamentos concedidos por setores econômicos, portes de beneficiários, Unidades Federativas e áreas prioritárias, entre outras variáveis, além de suas repercussões nos ambientes econômicos e sociais da Região.

Em função da apresentação de alguns quadros do Relatório em R\$ Milhões e em R\$ Mil, o resultado de cálculos aritméticos poderá apresentar aparentes divergências decorrentes de arredondamentos.

2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

Sua principal fonte de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 7.827).

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e pelo Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a Região conta com 467 municípios em 2015.

Desde sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e interregionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social na Região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na Região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

De acordo com o art. 13 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a administração do FCO é exercida pelos seguintes órgãos/entidades:

- Ministério da Integração Nacional (MI);
- Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco); e
- Banco do Brasil S.A. (BB).

O Ministério da Integração Nacional (MI) é responsável por:

- estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos do FCO, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

- analisar a proposta de programação orçamentária anual do FCO, compatibilizando os respectivos programas com as diretrizes e orientações gerais traçadas pelo Ministério, em articulação com os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados da Região e do Distrito Federal; e
- gerenciar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos do FCO.

Cabe esclarecer que, com a publicação, em 16.05.2011, dos Decretos n.º 7.471 e 7.472, de 04.05.2011, os quais aprovaram, respectivamente, as Estruturas Regimentais da Sudeco e do MI, as atribuições relativas ao FCO, antes sob a responsabilidade das extintas Secretarias de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), no âmbito do MI, passaram a ser exercidas pela nova Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI). Os referidos Decretos foram revogados/substituídos pelos Decretos n.º 8.277, de 27.06.2014, e n.º 8.161, de 18.12.2013.

Ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) compete:

- estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do FCO, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;
- aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais;
- encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional; e
- apreciar e encaminhar periodicamente às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, para efeito de fiscalização e controle.

O § 3º do art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), definiu que, até a instalação do Condel/Sudeco, as atribuições relativas ao FCO seriam exercidas temporariamente pelo Condel/FCO. Com a instalação, em 13.11.2012, do Condel/Sudeco, o Relatório sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2015, será submetido à consideração e deliberação do Condel/Sudeco, e não mais à do Condel/FCO.

De acordo com o parágrafo único do art. 9º da Lei Complementar n.º 129, as atividades de Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco são exercidas pela Sudeco.

Por fim, ao Banco do Brasil S.A. compete:

- aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Conselho Deliberativo;

- definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
- formalizar contratos de repasses de recursos do Fundo, na forma prevista no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989;
- prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo;
- exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos, inclusive nos termos definidos nos arts. 15-B, 15-C e 15-D, e à renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; e
- encaminhar ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, até o dia 30 de setembro de cada ano, para análise, a proposta dos programas de financiamento para o exercício seguinte.

3. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento do desempenho operacional do FCO e a avaliação dos resultados obtidos são realizados tendo por base o relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO que o Banco do Brasil S.A. apresenta ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste em cumprimento ao que dispõe o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, acompanhado dos seguintes documentos: balancetes e balanços patrimoniais; relatório e parecer de auditores independentes; mapas estatísticos de operações contratadas por programa/linha, por setor, por porte de tomadores e por Unidade Federativa; dados gerenciais sobre a situação dos recursos, etc.

Cabe ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) encaminhar o referido Relatório ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), juntamente com sua apreciação, com vistas à avaliação dos resultados obtidos e à determinação das medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas.

4. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2015

A Programação do FCO para 2015 foi elaborada pelo Banco do Brasil S.A., avaliada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), e aprovada pela Resolução Condel/Sudeco n.º 034, de 26.11.2014, publicada no DOU de 01.12.2014, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI, com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco e, ainda, com as contribuições originadas em reuniões com a participação de representantes das Unidades Federativas da Região e das classes produtoras e trabalhadoras, interessados na aplicação dos recursos do Fundo.

4.1. Diretrizes, Orientações Gerais e Prioridades

De acordo com atribuição prevista no art. 14-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, o Ministério da Integração Nacional estabeleceu, por meio da Portaria n.º 298, de 14.08.2014, publicada no DOU de 18.08.2014, as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2015.

O Condel/Sudeco, por sua vez, em conformidade com o art. 14, inciso I, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, e o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, definiu, por meio da Resolução Condel/Sudeco n.º 30, de 08.09.2014, publicada no DOU de 11.09.2014, as diretrizes e prioridades para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2015.

O Banco do Brasil S.A. formulou a proposta de Programação em consonância não só com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI e as diretrizes e prioridades definidas pelo Condel, mas também com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO) e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

A proposta foi aprovada pelo Condel/Sudeco, por meio da Resolução Condel/Sudeco n.º 034, de 26.11.2014, publicada no DOU de 01.12.2014, com base nas atribuições previstas nos incisos I e II do art. 14 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

4.2. Programas e Linhas de Financiamento

A Programação está segmentada por setores produtivos (empresarial e rural), sendo os recursos aplicados no âmbito dos seguintes programas:

Quadro 1: Programas e Linhas de Financiamento

Programas	Linhas
Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais – EI e às Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas – MPE	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE; 2. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE; 4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e 5. Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.
Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas – MGE	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE; 2. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE; 4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE; e 5. Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE.
Programa de FCO Rural	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural; 2. Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; 4. Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1: Conservação da Natureza e Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); 5. Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; 6. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; 7. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e 8. Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira.
	1. Pronaf; e

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	2. Pronaf – Reforma Agrária (Planta Brasil).
Programa de FCO Empresarial para Repasse	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE; 2. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE; 4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e 5. Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.
Programa de FCO Rural para Repasse	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural; 2. Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; 4. Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1: Conservação da Natureza e Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); 5. Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; 6. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; e 7. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca.

Fonte: Programação do FCO para 2015.

5. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015

5.1. Recursos previstos para o exercício de 2015

De acordo com a Programação do FCO para 2015, aprovada pela Resolução Condel/Sudeco n.º 034, de 26.11.2014, publicada no DOU de 01.12.2014, o montante de recursos para aplicação no exercício de 2015 é de R\$ 6.027,3 milhões.

As principais fontes de recursos são: previsão de repasses do Tesouro Nacional provenientes da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados; previsão de retornos de parcelas de financiamentos (amortizações/liquidações); previsão de receitas e despesas do Fundo; disponibilidades apuradas em 31.12.2014; parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação:

Quadro 2: Recursos previstos para o exercício de 2015

R\$ Milhões	
Origem	Valor
Repasse do Tesouro Nacional	2.301,6
Retornos de financiamentos	3.868,8
Resultado operacional	165,0
Disponibilidades ao final do exercício anterior	255,0
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(563,1)
Total	6.027,3

Fonte: Programação do FCO para 2015 e Relatório de Gestão do BB.

5.2. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Para o exercício de 2015, a Portaria MI n.º 298, de 14.08.2014, publicada no DOU de 18.08.2014, que definiu as diretrizes e orientações gerais para a definição das diretrizes e prioridades pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) e a formulação da proposta de programação do FCO pelo Banco do Brasil S.A., estabeleceu que a Programação deveria apresentar estimativas de aplicação por Unidade da Federação, calculadas com base na distribuição histórica das aplicações e na expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF (art. 5º, inciso III, alínea “c”, item 1).

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Ademais, vedou a distribuição dos recursos do Fundo, por Unidade da Federação, com base em cotas percentuais pré-definidas (art. 5º, § 1º), e considerou Unidade Federativa, no caso do Distrito Federal, o próprio DF e os municípios do Estado de Goiás que fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), excluindo-se, no caso de Goiás, os referidos municípios (art. 5º, § 2º).

Alternativamente, permitiu que a estimativa inicial de aplicação por UF observe os seguintes percentuais: DF – 19%; GO – 29%; MS – 23%; e MT – 29% (art. 5º, § 3º). Neste caso, a estimativa de aplicação por UF deve ser reprogramada até 31 de outubro de 2015, levando em consideração as contratações realizadas em cada UF até 30 de setembro de 2015, bem como as operações em fase final de contratação nesta data (art. 5º, § 4º, inciso I). E os Governos Estaduais e do Distrito Federal, em articulação com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, devem envidar esforços para o cumprimento do percentual mínimo de 15% de aplicação por UF (art. 5º, § 4º, inciso II).

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2015, por UF e Setor, feitas com base nessas diretrizes e orientações gerais, observados o mínimo de 15% dos recursos previstos para aplicação em cada UF e os percentuais definidos pelas próprias UF para os setores empresarial e rural:

Quadro 3: Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Setor	DF		GO		MS		MT		Região
	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor
Empresarial	916.156		873.965		693.144		873.965		3.357.230
% em relação ao total	15,2%	80,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	55,7%
Rural	229.039		873.965		693.144		873.965		2.670.113
% em relação ao total	3,8%	20,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	44,3%
Total	1.145.195		1.747.929		1.386.289		1.747.929		6.027.342
% em relação ao total	19,0%	100,0%	29,0%	100,0%	23,0%	100,0%	29,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Programação do FCO para 2015 e Relatório de Gestão do BB.

Os recursos alocados ao Distrito Federal são aplicados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais (Resolução Condel/FCO n.º 215, de 08.06.2004).

5.3. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o exercício de 2015 foram alocados por UF e setor e, também, por porte de beneficiário e linha de financiamento, considerando-se as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco e, ainda, os percentuais de alocação por setor/linha definidos pelas Unidades Federativas da Região:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Quadro 4: Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

						R\$ Mil
Setor/Linha	DF	GO	MS	MT	Região	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores						
FCO Empresarial	467.240	445.722	353.504	445.722	1.712.187	28,4
Industrial	55.843	153.061	153.261	111.430	473.596	
Infraestrutura	55.843	34.900	19.089	37.129	146.961	
Turismo	55.843	34.900	27.891	74.302	192.937	
Comércio e Serviços	299.710	222.861	153.261	222.861	898.693	
FCO Rural	116.810	445.722	353.504	445.722	1.361.757	22,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	114.520	267.433	138.644	409.485	930.082	
Demais Rurais	2.290	178.289	214.860	36.237	431.676	
Subtotal	584.049	891.444	707.007	891.444	3.073.945	51,0
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	448.916	428.243	339.641	428.243	1.645.043	27,3
Industrial	53.653	137.851	157.933	124.918	474.356	
Infraestrutura	53.653	38.156	11.412	35.673	138.894	
Turismo	53.653	38.114	12.363	53.530	157.660	
Comércio e Serviços	287.956	214.121	157.933	214.121	874.132	
FCO Rural	112.229	428.243	339.641	428.243	1.308.355	21,7
Subtotal	561.146	856.485	679.281	856.485	2.953.398	49,0
Resumo Geral						
FCO Empresarial	916.156	873.965	693.144	873.965	3.357.230	55,7
Industrial	109.497	290.912	311.194	236.349	947.952	
Infraestrutura	109.497	73.056	30.501	72.801	285.856	
Turismo	109.497	73.014	40.254	127.832	350.597	
Comércio e Serviços	587.666	436.982	311.194	436.982	1.772.825	
FCO Rural	229.039	873.965	693.144	873.965	2.670.113	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	114.520	267.433	138.644	409.485	930.082	
Demais Rurais	114.520	606.531	554.500	464.480	1.740.031	
Total	1.145.195	1.747.929	1.386.289	1.747.929	6.027.342	100,0

Fonte: Programação do FCO para 2015 e Relatório de Gestão do BB.

6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2015

6.1. Recursos previstos para o 1º semestre de 2015

De acordo com o Relatório, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2015, o montante de recursos previstos para aplicação no período era de R\$ 3.141,2 milhões:

Quadro 5: Recursos previstos para o 1º Semestre de 2015

	R\$ Milhões
Origem	Valor
Repasse do Tesouro Nacional	1.150,8
Retornos de financiamentos	1.934,4
Resultado operacional	82,5
Disponibilidades ao final do exercício anterior	255,0
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(281,5)
Total	3.141,2

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

6.2. Alocação dos recursos previstos para o 1º semestre por UF e Setor

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações, no 1º semestre de 2015, por UF e Setor:

Quadro 6: Alocação dos recursos previstos para o 1º Semestre de 2015 por UF e Setor

Setor	DF		GO		MS		MT		Região
	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor
Empresarial	477.458		455.470		361.235		455.470		1.749.633
% em relação ao total	15,2%	80,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	55,7%
Rural	119.365		455.470		361.235		455.470		1.391.540
% em relação ao total	3,8%	20,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	44,3%
Total	596.823		910.940		722.470		910.940		3.141.173
% em relação ao total	19,0%	100,0%	29,0%	100,0%	23,0%	100,0%	29,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Relatório de Gestão do BB/Programação do FCO para 2015.

6.3. Alocação dos recursos previstos para o 1º semestre por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o 1º semestre de 2015 também foram alocados por UF, setor, porte de beneficiário e linha de financiamento, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 7: Alocação dos recursos previstos para o 1º Semestre de 2015 por UF, Porte, Setor e Linha

R\$ Mil						
Setor/Linha	DF	GO	MS	MT	Região	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores						
FCO Empresarial	243.504	232.290	184.230	232.290	892.313	28,4
Industrial	59.774	102.025	58.769	34.843	255.412	
Infraestrutura	64.245	23.229	13.007	34.843	135.324	
Turismo	59.774	23.229	13.449	69.687	166.139	
Comércio e Serviços	59.710	83.806	99.005	92.916	335.438	
FCO Rural	60.876	232.290	184.230	232.290	709.685	22,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	59.682	139.374	72.247	213.394	484.697	
Demais Rurais	1.194	92.916	111.983	18.896	224.988	
Subtotal	304.380	464.579	368.460	464.579	1.601.998	51,0
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	233.955	223.180	177.005	223.180	857.320	27,3
Industrial	55.028	80.345	110.274	44.636	290.283	
Infraestrutura	64.245	22.227	11.682	44.636	142.790	
Turismo	55.028	22.227	9.560	44.636	131.450	
Comércio e Serviços	59.654	98.382	45.489	89.272	292.797	
FCO Rural	58.489	223.180	177.005	223.180	681.854	21,7
Subtotal	292.443	446.361	354.010	446.361	1.539.175	49,0
Resumo Geral						
FCO Empresarial	477.458	455.470	361.235	455.470	1.749.633	55,7
Industrial	114.802	182.370	169.043	79.480	545.695	
Infraestrutura	128.490	45.456	24.689	79.480	278.115	
Turismo	114.802	45.456	23.008	114.323	297.589	
Comércio e Serviços	119.365	182.188	144.494	182.188	628.235	
FCO Rural	119.365	455.470	361.235	455.470	1.391.540	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	59.682	139.374	72.247	213.394	484.697	
Demais Rurais	59.682	316.096	288.988	242.076	906.842	
Total	596.823	910.940	722.470	910.940	3.141.173	100,0

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

7. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2015

7.1. Orçamentos previsto e realizado

O orçamento realizado no 1º semestre de 2015 (R\$ 2.730,3 milhões) representou 86,9% do montante previsto (R\$ 3.141,2 milhões), conforme quadro a seguir:

Quadro 8: Orçamento - Previsto X Realizado no 1º Semestre de 2015

R\$ Milhões

Origem	Previsto (a)	Realizado (b)	% (b/a)
Repasse do Tesouro Nacional	1.150,8	1.173,6	102,0
Retornos de financiamentos	1.934,4	1.646,6	85,1
Resultado operacional	82,5	(47,7)	(57,8)
Disponibilidades ao final do exercício anterior	255,0	255,0	100,0
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(281,5)	(297,2)	105,6
Total	3.141,2	2.730,3	86,9

Posição: 30.06.2015.

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

7.2. Alocação do orçamento realizado por UF e Setor

O quadro a seguir apresenta a alocação do orçamento realizado no 1º semestre de 2015 por UF e Setor, segundo os percentuais definidos na Programação do FCO para 2015 e os remanejamentos realizados com base na Nota 2 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF e Setor” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2015:

Quadro 9: Distribuição do Orçamento Realizado por UF e Setor

R\$ Mil

Setor	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	415.012	395.899	313.989	395.899	1.520.800
%	15,2	14,5	11,5	14,5	55,7
Rural	103.753	395.899	313.989	395.899	1.209.541
%	3,8	14,5	11,5	14,5	44,3
Total	518.765	791.799	627.978	791.799	2.730.341
%	19,0	29,0	23,0	29,0	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8. DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1º SEMESTRE DE 2015

As contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2015 atingiram R\$ 2.627,1 milhões, o que corresponde a 83,6% do montante de recursos previstos para o período (R\$ 3.141,2 milhões), e a 96,2% do montante de recursos efetivamente alocados no período para aplicação (R\$ 2.730,3 milhões):

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Quadro 10: Orçamentos Previsto e Realizado X Contratações por Setor

R\$ Milhões

Setor	Orçamento Previsto (a)	Orçamento Realizado (b)	Contratações (c)	%	%	% Contratações X Totais	
						Total 1 (c/d)	Total 2 (c/e)
Empresarial	1.749,6	1.520,8	1.172,4	67,0	77,1	37,3	42,9
Rural	1.391,5	1.209,5	1.454,8	104,5	120,3	46,3	53,3
Total	3.141,2	2.730,3	2.627,1	83,6	96,2	83,6	96,2
	(d)	(e)					

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

No que se refere à distribuição dos financiamentos, os R\$ 2.627,1 milhões aplicados no semestre beneficiaram diretamente as populações de 465 localidades, correspondentes a 99,6% do total dos municípios da Região (467)¹.

8.1. Contratações por UF

Das contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2015 (R\$ 2.627,1 milhões), R\$ 392,3 milhões (14,9%) beneficiaram o Distrito Federal; R\$ 830,9 milhões (31,6%) o Estado de Goiás; R\$ 667,8 milhões (25,4%) o Estado de Mato Grosso do Sul; e R\$ 736,2 milhões (28,0%) o Estado de Mato Grosso:

Quadro 11: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	3.180	285.158	2.998	365.167	2.812	292.822	2.706	229.204	11.696	1.172.351
Industrial	326	34.745	786	133.598	518	39.098	763	72.472	2.393	279.913
Infraestrutura	3	296	22	30.793	3	371	7	673	35	32.133
Turismo	282	24.215	159	13.780	236	17.453	235	17.885	912	73.333
Comércio e Serviços	2.569	225.901	2.031	186.997	2.055	235.900	1.701	138.174	8.356	786.972
Rural	758	107.144	10.349	465.686	5.202	374.975	8.792	506.949	25.101	1.454.754
Pronaf-RA	35	850	135	2.613	746	13.474	158	3.780	1.074	20.718
Pronaf Demais	217	7.296	8.897	276.239	3.338	99.631	7.968	342.758	20.420	725.923
Demais Rurais	506	98.998	1.317	186.835	1.118	261.869	666	160.412	3.607	708.113
Total	3.938	392.301	13.347	830.854	8.014	667.797	11.498	736.153	36.797	2.627.105

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cabe destacar que, em relação ao 1º semestre de 2014, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (181,5%), quanto no volume de recursos aplicados (7,6%). No 1º semestre de 2014, foram contratadas 13.074 operações, no montante de R\$ 2.441,1 milhões. Já no 1º semestre de 2015, foram contratadas 36.797 operações, no montante de R\$ 2.627,1 milhões:

Quadro 12: Contratações por Setor/Linha de Financiamento
Comparativo 1º Sem. de 2014 x 1º Sem. de 2015

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2014		1º Semestre de 2015		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	3.787	1.058.319	11.696	1.172.351	208,8	10,8
Industrial	577	257.462	2.393	279.913	314,7	8,7
Infraestrutura	51	63.593	35	32.133	(31,4)	(49,5)
Turismo	221	144.212	912	73.333	312,7	(49,1)
Comércio e Serviços	2.938	593.052	8.356	786.972	184,4	32,7
Rural	9.287	1.382.828	25.101	1.454.754	170,3	5,2

¹ Fonte: Caderno de Informações Gerenciais, posição de junho/2015, formulado pelo Banco Administrador.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Pronaf-RA	1.125	18.017	1.074	20.718	(4,5)	15,0
Pronaf Demais	3.517	195.802	20.420	725.923	480,6	270,7
Demais Rurais	4.645	1.169.008	3.607	708.113	(22,3)	(39,4)
Total	13.074	2.441.147	36.797	2.627.105	181,5	7,6

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Quanto aos volumes contratados, pode-se afirmar que as aplicações do FCO tiveram um bom desempenho no 1º semestre de 2015, pois se aproximaram do orçamento previsto e do orçamento realizado (83,6% e 96,2% respectivamente) e superaram as do 1º semestre de 2014.

Quanto às quantidades contratadas, observou-se acréscimo de 181,5% no 1º semestre de 2015 (36.797) em relação ao 1º semestre de 2014 (13.074), resultando numa maior pulverização do crédito e, conseqüentemente, na redução do valor médio contratado, conforme quadro a seguir:

Quadro 13: Contratações por Macrossetor
Comparativo do 1º Semestre dos últimos 2 exercícios (2014 e 2015)

R\$ Mil

1º Semestre	Empresarial			Rural			Total		
	Qtde. (a)	Valor (b)	Valor Médio (b/a)	Qtde. (a)	Valor (b)	Valor Médio (b/a)	Qtde. (a)	Valor (b)	Valor Médio (b/a)
2014	3.787	1.058.319	279	9.287	1.382.828	149	13.074	2.441.147	187
2015	11.696	1.172.351	100	25.101	1.454.754	58	36.797	2.627.105	71

Fonte: Relatórios de Gestão do BB.

8.1.1. Contratações no DF

No Distrito Federal, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2015 (R\$ 392,3 milhões) tiveram acréscimo de 31,3% em relação ao 1º semestre de 2014 (R\$ 298,7 milhões):

Quadro 14: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no DF
Comparativo 1º Sem. de 2014 x 1º Sem. de 2015

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2014		1º Semestre de 2015		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	892	221.374	3.180	285.158	256,5	28,8
Industrial	95	31.418	326	34.745	243,2	10,6
Infraestrutura	9	1.507	3	296	(66,7)	(80,4)
Turismo	56	19.249	282	24.215	403,6	25,8
Comércio e Serviços	732	169.201	2.569	225.901	251,0	33,5
Rural	380	77.347	758	107.144	99,5	38,5
Pronaf-RA	22	440	35	850	59,1	93,2
Pronaf Demais	43	1.927	217	7.296	404,7	278,6
Demais Rurais	315	74.980	506	98.998	60,6	32,0
Total	1.272	298.722	3.938	392.301	209,6	31,3

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Ademais, o montante de recursos contratados no Distrito Federal durante o 1º semestre de 2015 (R\$ 392,3 milhões) representou 65,7% do seu orçamento previsto (R\$ 596,8 milhões – Quadro 6), 75,6% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 518,8 milhões – Quadro 9) e 14,9% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões – Quadro 11).

8.1.2. Contratações no Estado de GO

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

No Estado de Goiás, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2015 atingiram R\$ 830,9 milhões, montante 0,7% superior ao observado no 1º semestre de 2014 (R\$ 824,8 milhões):

Quadro 15: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em GO
Comparativo 1º Sem. de 2014 x 1º Sem. de 2015

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2014		1º Semestre de 2015		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	1.245	378.633	2.998	365.167	140,8	(3,6)
Industrial	248	98.869	786	133.598	216,9	35,1
Infraestrutura	30	54.502	22	30.793	(26,7)	(43,5)
Turismo	68	57.749	159	13.780	133,8	(76,1)
Comércio e Serviços	899	167.512	2.031	186.997	125,9	11,6
Rural	3.477	446.123	10.349	465.686	197,6	4,4
Pronaf-RA	123	1.453	135	2.613	9,8	79,9
Pronaf Demais	1.338	64.821	8.897	276.239	564,9	326,2
Demais Rurais	2.016	379.848	1.317	186.835	(34,7)	(50,8)
Total	4.722	824.755	13.347	830.854	182,7	0,7

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O montante de recursos contratados no Estado de Goiás durante o 1º semestre de 2015 (R\$ 830,9 milhões) representou 91,2% do seu orçamento previsto (R\$ 910,9 milhões – Quadro 6), 104,9% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 791,8 milhões – Quadro 9) e 31,6% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões – Quadro 11).

De acordo com a Nota 4 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF e Setor” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2015, as instituições financeiras que atuam com recursos do FCO devem aplicar nos municípios do Nordeste Goiano, no mínimo, 10% dos recursos previstos no exercício para o Estado de Goiás.

De acordo com o parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar n.º 97, de 10.12.2012, que regulamenta o art. 144-A da Constituição do Estado de Goiás e dá outras providências, o Nordeste Goiano compreende os Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambai, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Posse, São Domingos, São João D’Aliança, Simolândia, Sítio D’Abadia e Teresina de Goiás.

O montante de recursos contratados no Nordeste Goiano durante o 1º semestre de 2015 (R\$ 32,1 milhões) representou 35,2% do montante reservado no semestre ao referido espaço (R\$ 91,1 milhões) e 3,5% dos recursos previstos para aplicação no semestre em Goiás (R\$ 910,9 milhões). Representou, ainda, 18,4% do montante reservado no exercício ao referido espaço (R\$ 174,8 milhões) e 1,8% dos recursos previstos para aplicação no exercício em Goiás (R\$ 1.747,9 milhões), percentual este (1,8%) inferior ao definido pelo Condel/Sudeco (10,0%):

Quadro 16: Contratações por Município do Nordeste Goiano no 1º Sem. de 2015
Comparativo Recursos Previstos x Contratações

R\$ Mil

Município	Recursos previstos para aplicação no exercício de 2015 em Goiás	Recursos previstos para aplicação em 2015 no Nordeste Goiano	Recursos previstos para aplicação no 1º Sem. de 2015 em Goiás	Recursos previstos para aplicação no 1º Sem. de 2015 no Nordeste Goiano	Contratações	
					Qtde.	Valor
Alto Paraíso de Goiás					17	1.035
Alvorada do Norte					10	1.059

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Buritópolis					8	243
Campos Belos					33	2.644
Cavalcante					50	1.644
Colinas do Sul					31	962
Damianópolis					17	413
Divinópolis de Goiás					29	1.535
Flores de Goiás					9	1.042
Guarani de Goiás					32	1.398
Iaciara					26	2.340
Mambai					4	816
Monte Alegre de Goiás					47	3.735
Nova Roma					34	2.314
Posse					65	3.180
São Domingos					22	3.447
São João D'Aliança					33	2.700
Simolândia					11	954
Sítio D'Abadia					12	648
Teresina de Goiás						-
Total	1.747.929	174.793	910.940	91.094	490	32.108

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8.1.3. Contratações no Estado de MS

Em Mato Grosso do Sul, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2015 atingiram R\$ 667,8 milhões, montante 29,2% superior ao observado no 1º semestre de 2014 (R\$ 516,9 milhões):

Quadro 17: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MS
Comparativo 1º Sem. de 2014 x 1º Sem. de 2015

Setor/Linha	1º Semestre de 2014		1º Semestre de 2015		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	865	137.171	2.812	292.822	225,1	113,5
Industrial	111	16.106	518	39.098	366,7	142,8
Infraestrutura	7	6.206	3	371	(57,1)	(94,0)
Turismo	64	14.026	236	17.453	268,8	24,4
Comércio e Serviços	683	100.833	2.055	235.900	200,9	134,0
Rural	2.662	379.727	5.202	374.975	95,4	(1,3)
Pronaf-RA	812	13.146	746	13.474	(8,1)	2,5
Pronaf Demais	574	20.806	3.338	99.631	481,5	378,9
Demais Rurais	1.276	345.775	1.118	261.869	(12,4)	(24,3)
Total	3.527	516.899	8.014	667.797	127,2	29,2

R\$ Mil

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso do Sul durante o 1º semestre de 2015 (R\$ 667,8 milhões) representou 92,4% do seu orçamento previsto (R\$ 722,5 milhões – Quadro 6), 106,3% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 628,0 milhões – Quadro 9) e 25,4% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões – Quadro 11).

8.1.4. Contratações no Estado de MT

No Estado de Mato Grosso, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2015 atingiram R\$ 736,2 milhões, montante 8,1% inferior ao observado no 1º semestre de 2014 (R\$ 800,8 milhões):

Quadro 18: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MT

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Comparativo 1º Sem. de 2014 x 1º Sem. de 2015

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2014		1º Semestre de 2015		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	785	321.141	2.706	229.204	244,7	(28,6)
Industrial	123	111.069	763	72.472	520,3	(34,8)
Infraestrutura	5	1.377	7	673	40,0	(51,2)
Turismo	33	53.188	235	17.885	612,1	(66,4)
Comércio e Serviços	624	155.506	1.701	138.174	172,6	(11,1)
Rural	2.768	479.631	8.792	506.949	217,6	5,7
Pronaf-RA	168	2.978	158	3.780	(6,0)	26,9
Pronaf Demais	1.562	108.248	7.968	342.758	410,1	216,6
Demais Rurais	1.038	368.404	666	160.412	(35,8)	(56,5)
Total	3.553	800.772	11.498	736.153	223,6	(8,1)

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso durante o 1º semestre de 2015 (R\$ 736,2 milhões) representou 80,8% do seu orçamento previsto (R\$ 910,9 milhões – Quadro 6), 93,0% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 791,8 milhões – Quadro 9) e 28,0% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões – Quadro 11).

8.2. Contratações por Porte

Para enquadramento das operações, os beneficiários são classificados quanto ao porte, observados os critérios aprovados pelo Condel/Sudeco. Para o exercício de 2015, os parâmetros aprovados no âmbito da Programação do Fundo são os seguintes:

Quadro 19: Classificação Quanto ao Porte vigente em 2015

Beneficiários	Setor	Faturamento Bruto Anual / Renda Agropecuária Bruta Anual
Empreendedor Individual	Empresarial	até R\$ 60 mil
Micro/Mini	Empresarial	até R\$ 360 mil
	Rural	
Pequeno	Empresarial	acima de R\$ 360 mil até R\$ 3,6 milhões
	Rural	
Pequeno-Médio	Empresarial	acima de R\$ 3,6 milhões até R\$ 16 milhões
	Rural	
Médio	Empresarial	acima de R\$ 16 milhões até R\$ 90 milhões
	Rural	
Grande	Empresarial	acima de R\$ 90 milhões
	Rural	

Fonte: Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, e Programação do FCO para 2015.

Ademais, de acordo com a Programação do FCO para 2015 (Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária), as contratações devem respeitar os seguintes percentuais mínimos e máximos (pisos e tetos):

- no mínimo, 51,0% dos recursos previstos para o exercício junto a empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões), sendo, no mínimo, 30,0% junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 3,6 milhões); e

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

- no máximo, 49,0% junto a médios e grandes tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual acima de R\$ 16 milhões).

8.2.1. Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

No 1º semestre de 2015, as contratações com tomadores de menor porte (empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores) atingiram o montante de R\$ 2.321,8 milhões, o que representa 88,4% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões):

Quadro 20: Contratações por UF, Porte e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Região	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores										
Empresarial	264.601	67,4	258.650	31,1	210.821	31,6	218.816	29,7	952.889	36,3
Industrial	29.695	7,6	70.674	8,5	37.909	5,7	69.336	9,4	207.614	7,9
Infraestrutura	296	0,1	5.060	0,6	371	0,1	673	0,1	6.399	0,2
Turismo	24.215	6,2	13.780	1,7	15.651	2,3	17.733	2,4	71.380	2,7
Comércio e Serviços	210.396	53,6	169.137	20,4	156.889	23,5	131.074	17,8	667.496	25,4
Rural	94.658	24,1	446.742	53,8	339.929	50,9	487.615	66,2	1.368.943	52,1
Pronaf-RA e Pronaf Demais	8.146	2,1	278.852	33,6	113.106	16,9	346.537	47,1	746.641	28,4
Demais Rurais	86.512	22,1	167.890	20,2	226.823	34,0	141.077	19,2	622.302	23,7
Subtotal	359.259	91,6	705.393	84,9	550.750	82,5	706.431	96,0	2.321.832	88,4
Médios e Grandes Tomadores										
Empresarial	20.556	5,2	106.517	12,8	82.001	12,3	10.388	1,4	219.462	8,4
Industrial	5.050	1,3	62.924	7,6	1.189	0,2	3.136	0,4	72.299	2,8
Infraestrutura	-	-	25.733	3,1	-	-	-	-	25.733	1,0
Turismo	-	-	-	-	1.802	0,3	152	0,0	1.954	0,1
Comércio e Serviços	15.506	4,0	17.860	2,1	79.011	11,8	7.100	1,0	119.476	4,5
Rural	12.486	3,2	18.944	2,3	35.046	5,2	19.335	2,6	85.811	3,3
Subtotal	33.042	8,4	125.461	15,1	117.048	17,5	29.722	4,0	305.273	11,6
Resumo Geral										
Empresarial	285.158	72,7	365.167	44,0	292.822	43,8	229.204	31,1	1.172.351	44,6
Industrial	34.745	8,9	133.598	16,1	39.098	5,9	72.472	9,8	279.913	10,7
Infraestrutura	296	0,1	30.793	3,7	371	0,1	673	0,1	32.133	1,2
Turismo	24.215	6,2	13.780	1,7	17.453	2,6	17.885	2,4	73.333	2,8
Comércio e Serviços	225.901	57,6	186.997	22,5	235.900	35,3	138.174	18,8	786.972	30,0
Rural	107.144	27,3	465.686	56,0	374.975	56,2	506.949	68,9	1.454.754	55,4
Pronaf-RA e Pronaf Demais	8.146	2,1	278.852	33,6	113.106	16,9	346.537	47,1	746.641	28,4
Demais Rurais	98.998	25,2	186.835	22,5	261.869	39,2	160.412	21,8	708.113	27,0
Total	392.301	100,0	830.854	100,0	667.797	100,0	736.153	100,0	2.627.105	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Desse montante de R\$ 2.321,8 milhões, R\$ 1.932,0 milhões beneficiaram empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores e R\$ 389,8 milhões pequeno-médios tomadores (73,5% e 14,8%, respectivamente do total contratado na Região de R\$ 2.627,1 milhões).

Observa-se, portanto, que os percentuais mínimos de contratação junto ao público de menor porte (metas: 51,0% e 30,0%) foram superados (resultados: 88,4% e 73,5%).

Verifica-se, ainda, que em todas as Unidades Federativas a meta de 51,0% de contratações junto ao segmento de menor porte (empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores – receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões)

foi superada: 91,6% no DF; 84,9% em GO; 82,5% em MS; e 96,0% em MT. Destacou-se o Estado de Mato Grosso com 96,0% de contratações junto ao público de menor porte.

8.2.2. *Contratações com médios e grandes tomadores*

No 1º semestre de 2015, as contratações com médios e grandes tomadores atingiram o montante de R\$ 305,3 milhões, o que representa 11,6% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões).

Desses R\$ 305,3 milhões, R\$ 169,3 milhões (55,5%) foram destinados a grandes tomadores e R\$ 136,0 milhões (44,6%) a médios tomadores (6,4% e 5,2%, respectivamente do total contratado na Região de R\$ 2.627,1 milhões).

8.3. Contratações por Setor

8.3.1. *Contratações com o setor empresarial*

No 1º semestre de 2015, as contratações junto ao setor empresarial atingiram R\$ 1.172,4 milhões, correspondentes a 67,0% dos recursos previstos para o setor (R\$ 1.749,6 milhões – Quadro 6), 77,1% do orçamento realizado para o setor (R\$ 1.520,8 milhões – Quadro 9) e 44,6% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões – Quadro 11).

Comparativamente aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2015 junto ao setor empresarial (R\$ 1.172,4 milhões) correspondeu a 37,3 % do previsto (R\$ 3.141,2 milhões) e a 42,9% do realizado (R\$ 2.730,3 milhões), conforme Quadro 10.

Em relação ao 1º semestre de 2014, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (208,8%) quanto no volume de recursos aplicados (10,8%). No 1º semestre de 2014, foram contratadas 3.787 operações, no montante de R\$ 1.058,3 milhões. Já no 1º semestre de 2015, foram contratadas 11.696 operações, no total de R\$ 1.172,4 milhões.

8.3.2. *Contratações com o setor rural*

No 1º semestre de 2015, as contratações junto ao setor rural atingiram R\$ 1.454,8 milhões, correspondentes a 104,5% dos recursos previstos para o setor (R\$ 1.391,5 milhões – Quadro 6), 120,3% do orçamento realizado para o setor (R\$ 1.209,5 milhões – Quadro 9) e 55,4% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões – Quadro 11).

Comparando-se aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2015 junto ao setor rural (R\$ 1.454,8 milhões) correspondeu a 46,3% do previsto (R\$ 3.141,2 milhões) e a 53,3% do realizado (R\$ 2.730,3 milhões), conforme Quadro 10.

Em relação ao 1º semestre de 2014, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (170,3%) quanto no volume de recursos aplicados (5,2%). No 1º semestre de 2014, foram contratadas 9.287 operações, no montante de R\$ 1.382,8 milhões, ao passo que no 1º semestre de 2015 foram contratadas 25.101 operações, no volume de R\$ 1.454,8 milhões.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

8.4. Contratações por Linha de Financiamento

Quadro 21: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	3.180	285.158	2.998	365.167	2.812	292.822	2.706	229.204	11.696	1.172.351
Industrial	326	34.745	786	133.598	518	39.098	763	72.472	2.393	279.913
Infraestrutura	3	296	22	30.793	3	371	7	673	35	32.133
Turismo	282	24.215	159	13.780	236	17.453	235	17.885	912	73.333
Comércio e Serviços	2.569	225.901	2.031	186.997	2.055	235.900	1.701	138.174	8.356	786.972
Ciência, Tecnologia e Inovação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rural	758	107.144	10.349	465.686	5.202	374.975	8.792	506.949	25.101	1.454.754
Des. Rural	503	98.419	1.309	176.695	1.088	238.665	641	152.221	3.541	666.001
Agropecuária Irrigada	-	-	-	-	-	-	1	50	1	50
Convir	-	-	3	7.361	4	11.544	-	-	7	18.904
ABC-Conservação da Natureza	3	579	4	829	9	7.414	6	2.421	22	11.243
ABC-ILPF	-	-	1	1.950	-	-	2	2.560	3	4.510
Ret. Matrizes	-	-	-	-	12	3.478	15	2.200	27	5.678
Proaqua	-	-	-	-	-	-	1	959	1	959
Pescart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	-	-	5	768	-	-	5	768
Pronaf-RA	35	850	135	2.613	746	13.474	158	3.780	1.074	20.718
Pronaf Demais	217	7.296	8.897	276.239	3.338	99.631	7.968	342.758	20.420	725.923
Total	3.938	392.301	13.347	830.854	8.014	667.797	11.498	736.153	36.797	2.627.105

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

No 1º semestre de 2015, as contratações realizadas no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial totalizaram R\$ 279,9 milhões, representando 29,5% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 948,0 milhões) no exercício, bem como 23,9% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.172,4 milhões) e 10,7% do volume aplicado na Região (R\$ 2.627,1 milhões) no período.

Destaque também para a Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, cujas contratações totalizaram R\$ 787,0 milhões, representando 44,4% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 1.772,8 milhões) no exercício, bem como 67,1% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.172,4 milhões) e 30,0% do volume aplicado na Região (R\$ 2.627,1 milhões) no período.

As aplicações das Linhas de Financiamento de Infraestrutura Econômica e de Desenvolvimento do Turismo Regional, por sua vez, totalizaram R\$ 32,1 milhões e R\$ 73,3 milhões, correspondentes a 11,2% e 20,9% dos recursos previstos para as Linhas (R\$ 285,9 milhões e R\$ 350,6 milhões, respectivamente). No âmbito da Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica, não foram registradas operações em apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As contratações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) atingiram R\$ 725,9 milhões e as do Pronaf – Reforma Agrária, R\$ 20,7 milhões.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

As demais Linhas de Financiamento do FCO Rural – *Desenvolvimento Rural; Agropecuária Irrigada; Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) – Conservação da Natureza e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira* – absorveram R\$ 708,1 mil, o que representa 48,7% do total aplicado junto ao setor rural (R\$ 1.454,8 milhões) e 27,0% do total aplicado na Região (R\$ 2.627,1 milhões).

No 1º semestre de 2015, não foram registradas:

- operações nas Linhas de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE e para MGE; e
- operações na Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca.

8.4.1. Contratações com o setor comercial e de serviços

Segundo a Nota 2 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2015, a assistência aos setores comercial e de serviços está limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício, obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a Região.

No 1º semestre de 2015, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 787,0 milhões, correspondentes a 67,1% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.172,4 milhões), a 30,0% do volume aplicado na Região (R\$ 2.627,1 milhões) e a 43,5% do limite anual de recursos para financiamento dos referidos setores (R\$ 1.808,2 milhões):

Quadro 22: Contratações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

	R\$ Mil				
	DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos para o exercício (a)	1.145.195	1.747.929	1.386.289	1.747.929	6.027.342
Limite para Com. e Serv. no exercício (b)	587.666	436.982	346.572	436.982	1.808.203
Contratado no 1º Sem. de 2015 (c)	225.901	186.997	235.900	138.174	786.972
% de Atingimento (c/b)	38,4	42,8	68,1	31,6	43,5
Contratado no 1º Sem. de 2015 junto ao setor de serviços de saúde (d)	6.493	7.950	71.156	2.152	87.750
% de Atingimento (d/b)	1,1	1,8	20,5	0,5	4,9

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Ainda de acordo com a referida Nota, a assistência ao setor de saúde é de, no mínimo, 20% dos recursos previstos em cada Unidade Federativa para os setores comercial e de serviços.

No 1º semestre de 2015, R\$ 87,7 milhões beneficiaram o setor de saúde, sendo R\$ 6,5 milhões no DF, R\$ 7,9 milhões em GO, R\$ 71,2 milhões em MS e R\$ 2,1 milhões em MT, o que corresponde a 4,9% dos recursos previstos no exercício para comércio e serviços (R\$ 1.808,2 milhões).

8.5. Contratações para custeio e aquisição de insumos e/ou matéria-prima

De acordo com a Programação do FCO para 2015², a assistência aos empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores de financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Rural, excetuados a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC), Modalidade 1 – Conservação da Natureza, e o Pronaf, e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Empresarial para MPE, está limitada, em cada Unidade Federativa, a três vezes o montante contratado de financiamentos de investimentos com esse segmento de empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, respeitado o teto de 30% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 6.027.342 mil), em cada Unidade Federativa:

Quadro 23: Limites/tetos para financiamentos de custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

R\$ Mil

UF	Limite ⁽¹⁾	Teto ⁽²⁾	Limite/Teto a ser observado no exercício ⁽³⁾					
			Total		Rural		Empresarial	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%
DF	330.861	343.559	330.861	100	66.172	20	264.689	80
GO	1.252.503	524.379	524.379	100	262.189	50	262.189	50
MS	1.085.310	415.887	415.887	100	207.943	50	207.943	50
MT	1.182.529	524.379	524.379	100	262.189	50	262.189	50
Total	3.851.203	1.808.203	1.795.505		798.494		997.011	

Notas:

⁽¹⁾ Corresponde a 3 vezes o montante de financiamentos de investimentos contratados com empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, em cada UF.

⁽²⁾ Corresponde a 30% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 6.027.342,3 mil), em cada UF.

⁽³⁾ Na UF em que o limite for superior ao teto, observa-se o teto.

Fonte: Programação do FCO para 2015 e Relatório de Gestão do BB.

No 1º semestre de 2015, os financiamentos de custeio atingiram R\$ 321,7 milhões, consumindo 40,3% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 664,9 milhões, correspondentes a 66,7% do limite/teto respectivo:

Quadro 24: Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

R\$ Mil

UF	Rural			Empresarial		
	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.
DF	66.172	33.923	51,3	264.689	207.542	78,4
GO	262.189	122.829	46,8	262.189	154.953	59,1
MS	207.943	39.754	19,1	207.943	136.439	65,6
MT	262.189	125.177	47,7	262.189	165.949	63,3
Total	798.494	321.683	40,3	997.011	664.884	66,7

Fonte: Programação do FCO para 2015 e Relatório de Gestão do BB.

² Nota 3 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2015.

8.6. Contratações por Espaço Prioritário

De acordo com a Portaria n.º 298, de 14.08.2014, publicada no DOU de 18.08.2014, que estabeleceu as diretrizes e as orientações gerais para aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2015, são considerados prioritários e devem ter tratamento diferenciado e favorecido os seguintes espaços:

- a Faixa de Fronteira;
- a Mesorregião de Águas Emendadas;
- os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica; e
- os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO.

8.6.1. Contratações na Faixa de Fronteira

As contratações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira (44 de Mato Grosso do Sul e 28 de Mato Grosso) totalizaram R\$ 336,8 milhões no 1º semestre de 2015, o que representa 28,8% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2015 (R\$ 1.169,3 milhões).

8.6.2. Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas

Nos 77 municípios do Estado de Goiás que integram a Mesorregião de Águas Emendadas, foram contratados R\$ 227,1 milhões, o que representa 44,3% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2015 (R\$ 512,3 milhões).

8.6.3. Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

Os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a classificação da PNDR, absorveram R\$ 875,2 milhões e R\$ 541,6 milhões, correspondentes a 33,3% e 20,6% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões), respectivamente. Juntos, esses municípios absorveram R\$ 1.416,8 milhões, o que representa 41,2% do montante de recursos previstos para aplicação nos referidos espaços em 2015 (R\$ 3.435,6 milhões).

Os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 1.210,3 milhões, correspondentes a 46,1% do total contratado na Região.

O Distrito Federal e o Estado de Goiás concentraram as aplicações em municípios de alta renda (67,7% e 64,4% respectivamente), o Estado de Mato Grosso do Sul em municípios de economia estagnada (54,4%) e o Estado de Mato Grosso em municípios de economia dinâmica (45,8%):

Quadro 25: Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

Tipologia	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Alta Renda	2.954	265.621	6.635	535.362	2.018	203.629	2.341	205.714	13.948	1.210.325
%	75,0	67,7	49,7	64,4	25,2	30,5	20,4	27,9	37,9	46,1
Dinâmica	-	-	2.071	104.084	1.785	100.599	6.085	336.939	9.941	541.622
%	-	-	15,5	12,5	22,3	15,1	52,9	45,8	27,0	20,6
Estagnada	984	126.680	4.641	191.408	4.211	363.570	3.072	193.500	12.908	875.158
%	25,0	32,3	34,8	23,0	52,5	54,4	26,7	26,3	35,1	33,3
Total	3.938	392.301	13.347	830.854	8.014	667.797	11.498	736.153	36.797	2.627.105
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cumpra registrar que os recursos alocados para o Distrito Federal são aplicados não só no DF mas também nos municípios do Entorno, ou seja, nos 19 municípios de Goiás que fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Assim, das 3.938 operações formalizadas com recursos do DF, 2.954 foram contratadas no DF (tipologia: alta renda) e 984 nos municípios do Entorno (tipologia: estagnada).

8.6.4. Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE)

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), ou seja, no Distrito Federal e nos 19 municípios de Goiás que integram a RIDE, foram formalizadas 3.938 operações no montante de R\$ 392,3 milhões, sendo 2.954 operações no valor de R\$ 265,6 milhões no DF e 984 operações no valor de R\$ 126,7 milhões no Entorno. O valor aplicado no Entorno (R\$ 126,7 milhões) representa 72,5% do previsto para aplicação no referido espaço em 2015 (R\$ 174,8 milhões).

8.7. Contratações com Novos Beneficiários

No 1º semestre de 2015, foram formalizadas 8.758 operações com novos beneficiários, absorvendo R\$ 778,7 milhões. Esses números representam 23,8% do total de contratos formalizados (36.797) e 29,6% do total de recursos aplicados (R\$ 2.627,1 milhões), no período:

Quadro 26: Beneficiários que Obtiveram Financiamentos pela 1ª Vez

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
EI	1	306	3	36.573	1	62.366	1	1.000	6	100.246
Mini/Micro	13	4.461	8	9.310	7	14.619	10	7.315	38	35.705
Pequeno	169	21.726	118	17.730	71	12.273	99	18.068	457	69.797
Pequeno-Médio	1.033	87.851	1.659	133.429	1.708	116.612	2.010	160.752	6.410	498.644
Médio	180	6.505	540	25.604	358	17.147	701	24.657	1.779	73.913
Grande	19	86	2	15	46	287	1	5	68	393
Total	1.415	120.935	2.330	222.661	2.191	223.305	2.822	211.797	8.758	778.698

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8.8. Contratações por Instituição Operadora (IO)

O Banco do Brasil S.A., em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e na Portaria MI n.º 616, de 26.05.2003, tem repassado recursos a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), a saber:

- Banco de Brasília (BRB);
- Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob);
- Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento);
- Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento);
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); e
- Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi).

No 1º semestre de 2015, essas instituições aplicaram R\$ 50,6 milhões, o que representa um decréscimo de 39,5% em relação ao montante observado no 1º semestre de 2014 (R\$ 83,7 milhões), bem como representa 12,0% da estimativa de repasse de recursos a essas instituições em 2015 (R\$ 421,9 milhões):

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Quadro 27: Contratações com outras Instituições Operadoras (IO)

R\$ mil

	Bancoob		BRB		GO Fomento		Sicredi		BRDE		MT Fomento		Total	
Setor/Linha	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	-	-	19	6.486	3	4.977	25	3.842	-	-	13	1.546	60	16.851
Industrial	-	-	-	-	2	4.248	2	915	-	-	2	100	6	5.263
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1.010	6	1.010
Comércio e Serviços	-	-	19	6.486	1	729	23	2.927	-	-	5	436	48	10.578
Rural	22	4.276	7	905	1	150	132	18.245	16	10.147	-	-	178	33.723
Total	22	4.276	26	7.391	4	5.127	157	22.088	16	10.147	13	1.546	238	50.575

Tipologia	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Alta Renda	21	4.197	21	6.908	3	4.977	45	6.129	2	808	12	1.296	104	24.316
Dinâmica	-	-	-	-	-	-	69	9.771	6	5.946	1	250	76	15.967
Estagnada	1	79	5	483	1	150	43	6.187	8	3.393	-	-	58	10.292
Total	22	4.276	26	7.391	4	5.127	157	22.088	16	10.147	13	1.546	238	50.575

Porte	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Pequeno-Médio	-	-	-	-	-	-	10	2.603	-	-	-	-	10	2.603
Pequeno	13	3.412	26	7.391	4	5.127	89	13.384	16	10.147	2	266	150	39.728
Mini/Micro	9	864	-	-	-	-	58	6.100	-	-	11	1.280	78	8.244
EI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	22	4.276	26	7.391	4	5.127	157	22.088	16	10.147	13	1.546	238	50.575

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cabe destacar que, até 2012, as instituições operadoras do repasse atuavam apenas com mini, micro e pequenos tomadores (beneficiários com faturamento de até R\$ 3,6 milhões). A partir de 2013, passaram a atuar também com pequeno-médios (beneficiários com faturamento acima de R\$ 3,6 milhões até R\$ 16 milhões), respeitados, no entanto, os seguintes critérios/percentuais: no mínimo, 58,9% (30,0%/51,0%) com mini, micro e pequenos tomadores e, no máximo, 41,2% (21,0%/51,0%) com pequeno-médios³.

Ademais, a estimativa de repasse de recursos a essas instituições é de 7% dos recursos previstos para o exercício, respeitado o saldo disponível no limite de crédito deferido pelo Banco Administrador para cada uma delas⁴, o que corresponde, em 2015, a 7,0% de R\$ 6.027,3 milhões, ou seja, a R\$ 421,9 milhões.

Dos R\$ 50,6 milhões aplicados pelas instituições operadoras do repasse, R\$ 48,0 milhões (94,9%) beneficiaram mini, micro e pequenos tomadores e R\$ 2,6 milhões (5,1%) atenderam pequeno-médios tomadores. Não foram registradas operações com empreendedores individuais.

Além disso, R\$ 26,3 milhões (52,0%) beneficiaram municípios de economia estagnada e dinâmica e R\$ 24,3 milhões (48,0%) contemplaram municípios de alta renda.

8.9. Situação da Demanda

No 1º semestre de 2015, das 38.773 propostas existentes no Banco do Brasil no valor de R\$ 3.388,4 milhões, 36.797 no valor de R\$ 2.627,1 milhões foram contratadas e 1.976 no valor de R\$ 761,3 milhões não foram:

³ Nota 7 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2015.

⁴ Nota 6 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2015.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Quadro 28: Situação da Demanda - Propostas contratadas X não atendidas

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Contratadas	3.938	392.301	13.347	830.854	8.014	667.797	11.498	736.153	36.797	2.627.105
Não contratadas	193	43.528	926	299.438	347	140.475	510	277.892	1.976	761.332
Total	4.131	435.829	14.273	1.130.291	8.361	808.272	12.008	1.014.045	38.773	3.388.437

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O Banco do Brasil controla os principais motivos de não atendimento de propostas, especialmente os de indeferimento ou cancelamento. Os resultados obtidos estão registrados no quadro a seguir:

Quadro 29: Situação da Demanda - Propostas não atendidas por motivo

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Carta-consulta em análise	36	9.627	225	83.615	70	28.668	104	61.232	435	183.142
Projeto em elaboração	18	3.841	60	32.634	47	32.158	66	35.384	191	104.017
Propostas em análise	48	15.628	87	46.647	43	39.027	107	87.472	285	188.773
Pendente de documentação	74	12.135	307	104.355	131	28.440	151	76.586	663	221.516
Em contratação	17	2.297	247	32.187	56	12.182	82	17.218	402	63.884
Indeferidas/canceladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carta-consulta indeferida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cadastro/limite de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Documentação incompleta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cancelamento/desistência do cliente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proposta/projeto indeferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	193	43.528	926	299.438	347	140.475	510	277.892	1.976	761.332

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES E PRIORIDADES

O Condel/Sudeco, em conformidade com o art. 14, inciso I, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, e o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, definiu, por meio da Resolução Condel/Sudeco n.º 30, de 08.09.2014, publicada no DOU de 11.09.2014, as diretrizes e prioridades para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2015.

As ações desenvolvidas para atendimento das prioridades definidas pelo Condel e os resultados alcançados no 1º semestre de 2015 encontram-se comentados a seguir:

9.1. Prioridades Gerais, Setoriais e Espaciais

- a) **projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro, pequenas e pequeno-médias empresas, suas cooperativas e associações:**

No 1º semestre de 2015, as contratações com empreendedores individuais e mini, micro, pequeno e pequeno-médios tomadores atingiram o montante de R\$ 2.321,8 milhões (R\$ 952,9 milhões no setor empresarial e R\$ 1.368,9 milhões no setor rural), o que representa 73,9% do montante de recursos previstos (R\$ 3.141,2 milhões), 85,0% do orçamento realizado (R\$ 2.730,3 milhões) e 88,4% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões).

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Do montante de R\$ 2.321,8 milhões, R\$ 725,9 milhões foram contratados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e R\$ 20,7 milhões no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária.

Já a quantidade de operações com empreendedores individuais e mini, micro, pequeno e pequeno-médios tomadores atingiu 36.585, o que representa 99,4% da quantidade de operações contratadas no período (36.797).

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade	
Quantidade	Valor
36.585	R\$ 2.321,8 milhões

- b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária e/ou que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:**

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 340,3 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (130,0 mil diretos e 210,4 mil indiretos), no 1º semestre de 2015.

Se considerado o período de 1989 a junho de 2015, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 5.802,0 mil.

Números que evidenciam o atendimento à prioridade		
Qtde. de operações	Valor aplicado	Qtde. de empregos gerados e/ou mantidos
36.797	R\$ 2.627,1 milhões	340.334

No Relatório de Gestão do Banco, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

- c) projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:**

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1 – Conservação da Natureza teve, no 1º semestre de 2015, R\$ 11,2 milhões de recursos contratados.

Já a Modalidade 2 – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) da Linha, criada com o objetivo de intensificar o uso da terra em áreas já desmatadas, por meio da disseminação de sistemas de produção sustentáveis e que integrem agricultura, pecuária e floresta, teve, no mesmo período, R\$ R\$ 4,5 milhões de recursos contratados.

Em síntese, foram realizadas, no âmbito da Linha (Modalidades 1 e 2), 25 operações no valor total de R\$ 15,8 milhões.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

O Banco do Brasil S.A. destaca em seu Relatório de Gestão que tem fortalecido as parcerias com as entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, a fim de sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implementação de empreendimentos sustentáveis.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Modalidade	Quantidade	Valor
1 – Conservação da Natureza	22	R\$ 11,2 milhões
2 – ILPF	3	R\$ 4,5 milhões

d) projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada:

No Relatório de Gestão do Banco, estão relacionadas algumas operações contratadas junto aos setores agropecuário, industrial, comercial e de serviços que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

A Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir, destinada a financiar empreendimentos de implantação, ampliação ou modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades da unidade integradora, e financiamento de custeio, teve, no 1º semestre de 2015, R\$ 18,9 milhões de recursos aplicados.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
07	R\$ 18,9 milhões

e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em pólos:

No 1º semestre de 2015, foram contratados R\$ 73,3 milhões, no âmbito das Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e para MGE.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Quantidade	Valor
912	R\$ 73,3 milhões

O Banco do Brasil destaca em seu Relatório de Gestão algumas operações que foram contratadas em atendimento a essa prioridade.

f) projetos da indústria de alimentos:

Tanto a linha de financiamento de Desenvolvimento Industrial, que tem a finalidade de financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou realocização de empreendimentos industriais e agroindustriais, com ou sem capital de giro associado, quanto a linha de financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural – Convir, criada com o objetivo de estimular a parceria entre produtores e unidades integradoras, de modo a assegurar a comercialização da produção oriunda dos empreendimentos integrados financiados pelo FCO, contribuem para a expansão da indústria de alimentos na região.

No Relatório de Gestão do Banco, estão relacionadas algumas operações contratadas pela indústria de alimentos que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

g) projetos dos setores comercial e de serviços, prioritariamente:

- As atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementariedade e a consolidação da cadeia agroalimentar e dos pólos agroindustriais;
- A distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos agrícolas, rações etc.);
- A instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos hospitalares;
- A instalação, ampliação e modernização de estabelecimentos de ensino e de prática de esportes; e
- O atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços deficientes tecnologicamente e que necessitem de modernização.

No 1º semestre de 2015 foram formalizadas 8.356 operações no montante de R\$ 787,0 milhões no âmbito dessa linha de financiamento.

No Relatório de Gestão do Banco, estão relacionadas algumas operações contratadas junto aos setores comercial e de serviços, especialmente junto aos segmentos de saúde, ensino e prática de esportes, que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

h) projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada;

Criada com o objetivo de desenvolver a agropecuária irrigada no Centro-Oeste, financiando a irrigação e a drenagem agrícolas de forma a garantir produção nos períodos de safra e entressafra, obtenção de produtos de qualidade, comercialização oportuna e sustentabilidade ambiental dos empreendimentos financiados pelo Fundo, a Linha de Financiamento para Agropecuária Irrigada teve, no 1º semestre de 2015, uma operação contratada no estado de Mato Grosso no valor de R\$ 50,0 mil.

O Banco do Brasil S.A. destaca em seu Relatório de Gestão que tem fortalecido as parcerias com as entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, a fim de sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes do desenvolvimento da agropecuária irrigada, visando dinamizar as contratações em atendimento à prioridade.

i) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR):

- municípios da Faixa de Fronteira;
- municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
- municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e
- municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, a exemplo dos municípios do Nordeste Goiano.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

O quadro abaixo apresenta o resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade:

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade				
Espaços Prioritários	Qtde.	Valor Contratado no 1º Sem. de 2015	Valor Previsto para 2015	% de Atingimento
Municípios da Faixa de Fronteira	5.790	R\$ 336,8 milhões	R\$ 1.169,3 milhões	28,8%
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	3.668	R\$ 227,1 milhões	R\$ 512,3 milhões	44,3%
Municípios da RIDE (exceto de MG)	984	R\$ 126,7 milhões	R\$ 174,8 milhões	72,5%
Municípios de Tipologia “Estagnada” e “Dinâmica”	22.849	R\$ 1.416,8 milhões	R\$ 3.435,6 milhões	41,2%

10. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS

10.1. Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha

A carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2015, saldo de R\$ 21.771,2 milhões, o que representa incremento de 10,6% em relação ao observado em 30.06.2014 (R\$ 19.681,8 milhões):

Quadro 30: Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha

	DF	GO	MS	MT	Região
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores					
FCO Empresarial	1.047.790	1.032.447	961.967	912.671	3.954.874
Industrial	160.378	269.767	164.212	216.648	811.005
Infraestrutura	6.248	38.461	25.505	9.619	79.833
Turismo	105.216	111.355	105.325	112.794	434.689
Comércio e Serviços	775.947	612.865	666.925	573.610	2.629.348
FCO Rural	490.009	3.274.972	2.251.679	3.122.377	9.139.037
Pronaf-RA e Pronaf Demais	53.034	1.048.318	413.544	1.481.036	2.995.933
Demais Rurais	436.975	2.226.654	1.838.135	1.641.340	6.143.104
Subtotal	1.537.799	4.307.419	3.213.646	4.035.047	13.093.912
Médios e Grandes Tomadores					
FCO Empresarial	466.355	1.661.364	1.044.485	1.398.577	4.570.781
Industrial	48.141	1.035.129	766.172	580.402	2.429.845
Infraestrutura	87.663	345.838	73.161	539.404	1.046.067
Turismo	93.253	97.566	33.187	57.111	281.116
Comércio e Serviços	237.297	182.831	171.965	221.660	813.752
FCO Rural	169.460	1.317.681	1.165.206	1.454.130	4.106.476
Subtotal	635.814	2.979.045	2.209.691	2.852.707	8.677.257
Resumo Geral					
FCO Empresarial	1.514.144	2.693.811	2.006.452	2.311.248	8.525.655
Industrial	208.520	1.304.896	930.384	797.050	3.240.850
Infraestrutura	93.912	384.299	98.666	549.024	1.125.900
Turismo	198.468	208.921	138.512	169.904	715.805
Comércio e Serviços	1.013.245	795.696	838.890	795.269	3.443.100
FCO Rural	659.469	4.592.653	3.416.885	4.576.506	13.245.513
Pronaf-RA e Pronaf Demais	53.034	1.048.318	413.544	1.481.036	2.995.933
Demais Rurais	606.435	3.544.334	3.003.341	3.095.470	10.249.580
Total	2.173.613	7.286.464	5.423.337	6.887.754	21.771.168

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

A carteira de financiamentos rurais atingiu o montante de R\$ 13.245,5 milhões, o que representa 60,8% do total (R\$ 21.771,2 milhões) e incremento de 8,0% em relação à posição registrada em 30.06.2014 (R\$ 12.270,0 milhões). A carteira de financiamentos empresariais, por sua vez, atingiu o

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

montante de R\$ 8.525,7 milhões, o que representa 39,2% do total (R\$ 21.771,2 milhões) e incremento de 15,0% em relação à posição registrada em 30.06.2014 (R\$ 7.411,8 milhões).

O saldo de financiamentos com tomadores de menor porte alcançou R\$ 13.093,9 milhões, o que representa 60,1% do saldo total (R\$ 21.771,2 milhões) e 28,9% de incremento em relação ao montante registrado no final do 1º semestre de 2014 (R\$ 10.158,9 milhões), enquanto o saldo com médios e grandes tomadores totalizou R\$ 8.677,3 milhões, correspondentes a 39,9% do total.

O Estado de Goiás manteve-se na liderança, com saldo de R\$ 7.286,5 milhões (33,5%), seguido do Estado de Mato Grosso com R\$ 6.887,8 milhões (31,6%), do Estado de Mato Grosso do Sul com R\$ 5.423,3 milhões (24,9%) e do Distrito Federal com R\$ 2.173,6 milhões (10,0%).

10.2. Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

A carteira de financiamentos do Fundo apresenta 4 (quatro) grupamentos de risco operacional:

- contratações até 30.11.1998: risco 100% do FCO;
- contratações entre 01.12.1998 e 30.06.2001: risco compartilhado (100% do FCO e 100% do Banco);
- contratações a partir de 01.07.2001: risco 100% ou exclusivo do Banco; e
- contratações no âmbito do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra): risco de terceiros/do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera). Cabe destacar que, consoante o § 4º do artigo 8º da Lei n.º 13.001, de 20.06.2014, o risco das operações de crédito rural do Procera foi imputado ao FCO.

O quadro a seguir apresenta o saldo de financiamentos por risco:

Quadro 31: Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

R\$ Mil			
Risco Operacional	% de Risco	Saldo	% de Participação
BB	100%	21.260.710	97,7
Compartilhado	50%	6.999	0,0
FCO	100%	503.401	2,3
Procera (*)	100%	59	0,0
Total		21.771.168	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

(*) De acordo com o § 4º do artigo 8º da Lei n.º 13.001, de 20.06.2014, o risco das operações rurais do Procera passam a ser do FCO.

10.3. Saldos de Financiamentos Vincendos e Vencidos – Índices de Inadimplência

No final do 1º semestre de 2015, o saldo da carteira de financiamentos do FCO atingiu R\$ 21.771,2 milhões, sendo R\$ 21.697,3 milhões de parcelas vincendas e R\$ 73,9 milhões de parcelas vencidas.

Consequentemente, o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) foi de apenas 0,3% (índice global) e 0,3% (índice da carteira com risco exclusivo do Banco).

O quadro a seguir apresenta os saldos de financiamentos do FCO vincendos e vencidos e, por conseguinte, os índices de inadimplência por UF, setor e risco operacional:

Quadro 32: Saldos de Financiamentos Vincendos e Vencidos - Índices de Inadimplência
Comparativo 1º Semestre de 2014 x 1º Semestre de 2015

R\$ Mil

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

UF	1º Semestre de 2014				1º Semestre de 2015			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
DF	1.620.675	20.924	1.641.599	1,3	2.165.952	7.662	2.173.613	0,4
GO	6.741.752	39.790	6.781.542	0,6	7.261.560	24.904	7.286.464	0,3
MS	4.716.416	35.590	4.752.006	0,7	5.408.383	14.954	5.423.337	0,3
MT	6.413.101	93.506	6.506.607	1,4	6.861.380	26.373	6.887.754	0,4
Total	19.491.944	189.810	19.681.755	1,0	21.697.275	73.893	21.771.168	0,3

Setor	1º Semestre de 2014				1º Semestre de 2015			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
Empresarial	7.361.647	50.151	7.411.798	0,7	8.498.271	27.384	8.525.655	0,3
Rural	12.130.298	139.659	12.269.956	1,1	13.199.005	46.509	13.245.513	0,4
Total	19.491.944	189.810	19.681.755	1,0	21.697.275	73.893	21.771.168	0,3

Risco	1º Semestre de 2014				1º Semestre de 2015			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
BB	18.902.075	72.873	18.974.948	0,4	21.191.159	69.550	21.260.710	0,3
Compartilhado	14.407	24	14.431	0,2	6.988	11	6.999	0,2
FCO	575.463	116.913	692.376	20,3	499.129	4.332	503.460	0,9
Total	19.491.944	189.810	19.681.755	1,0	21.697.275	73.893	21.771.168	0,3

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2014 e ao 1º Semestre de 2015.

(*) De acordo com o § 4º do artigo 8º da Lei n.º 13.001, de 20.06.2014, o risco das operações rurais do Proterra passam a ser do FCO.

11. AUDITORIA EXTERNA

De acordo com o § 2º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, deve ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

A empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis do 1º semestre de 2014 foi a KPMG Auditores Independentes. Em seu Relatório de 16.11.2015, a KPMG Auditores Independentes afirma que foram examinadas as demonstrações contábeis do FCO, que compreendem o balanço patrimonial em 30.06.2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração do Fundo com base na regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais, conforme Notas Explicativas n.º 2 e 3.

Registra, quanto à responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis, que a administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Registra que a responsabilidade dos auditores independentes é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em sua auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Acrescenta que uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de

distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Registra, ainda, acreditar que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião.

Afirma que, em sua opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais, descritas nas Notas Explicativas n.º 2 e 3.

Quanto à base de elaboração das demonstrações contábeis, a KPMG, sem modificar sua opinião, chama a atenção para as Notas Explicativas n.º 2 e 3 às demonstrações contábeis, que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis do Fundo. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

12. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SUDECO

No exercício de suas atribuições, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) implementou, no decorrer do 1º semestre de 2015, em articulação com outros órgãos e entidades, diversas ações para viabilizar novas ferramentas de apoio aos setores produtivos e de fomento a projetos de interesse do desenvolvimento regional e melhorar o desempenho do FCO. Destacamos as seguintes:

- análise do relatório apresentado pelo Banco do Brasil, referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2014;
- análise e emissão de pareceres sobre propostas a serem submetidas ao Condel e aos seus Comitês, envolvendo alterações e aperfeiçoamentos das condições operacionais dos programas e linhas de financiamento, entre outros assuntos de importância para o Fundo;
- preparação, organização e composição de pautas para as reuniões do Conselho Deliberativo e de seus Comitês (CRIFF e CASE), contendo toda a documentação relacionada com as matérias a serem discutidas nas reuniões e necessárias às deliberações dos Conselheiros;
- redação das atas das reuniões dos Comitês do Condel (CRIFF e CASE);
- redação e publicação das resoluções do Conselho;
- análise e elaboração de notas técnicas e pareceres sobre propostas de emendas constitucionais, projetos de lei e medidas provisórias e outros atos de competência do Ministério relacionados aos Fundos Constitucionais de Financiamento e/ou especificamente ao FCO;

- análise e emissão de pareceres sobre recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI/CGU, constantes de Relatórios de Auditoria do FCO e de Planos de Providências;
- coordenação de (e/ou participação em) reuniões técnicas com representantes de órgãos e entidades integrantes do Condel;
- participação em palestras e eventos, com o objetivo de divulgar as condições de financiamento do FCO; e
- confecção e distribuição de folders e cartilhas sobre o FCO.

13. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES

A análise realizada, com base na documentação fornecida pelo Banco, revelou, conforme as abordagens feitas ao longo do presente Parecer, os seguintes aspectos:

- o orçamento realizado no 1º semestre de 2015 (R\$ 2.730,3 milhões) representou 86,9% do montante previsto (R\$ 3.141,2 milhões);
- as contratações atingiram R\$ 2.627,1 milhões, o que corresponde a 83,6% do montante de recursos previstos para o período (R\$ 3.141,2 milhões), e a 96,2% do montante de recursos efetivamente alocados no período para aplicação (R\$ 2.730,3 milhões);
- os R\$ 2.627,1 milhões aplicados no semestre beneficiaram diretamente as populações de 465 localidades, correspondentes a 99,6% do total dos municípios da Região (467);
- das contratações realizadas (R\$ 2.627,1 milhões), R\$ 392,3 milhões (14,9%) beneficiaram o DF; R\$ 830,9 milhões (31,6%) o Estado de GO; R\$ 667,8 milhões (25,4%) o Estado de MS; e R\$ 736,2 milhões (28,0%) o Estado de MT;
- as contratações com tomadores de menor porte, ou seja, empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, atingiram o montante de R\$ 2.321,8 milhões, o que representa 88,4% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões)
- dos recursos aplicados (R\$ 2.627,1 milhões), R\$ 1.172,4 milhões (44,6%) beneficiaram o setor empresarial e R\$ 1.454,8 milhões (55,4%) o setor rural;
- as contratações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) atingiram R\$ 725,9 milhões e as do Pronaf – Reforma Agrária, R\$ 20,7 milhões
- as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 787 milhões, correspondentes a 67,1% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.172,4 milhões), a 30,0% do volume aplicado na Região (R\$ 2.627,1 milhões) e a 43,5% do limite anual de recursos para financiamento dos referidos setores (R\$ 1.808,2 milhões);
- os financiamentos de custeio junto a mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais atingiram R\$ 321,7 milhões, consumindo 40,3% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais, micro, pequenas e pequeno-médias empresas atingiram R\$ 664,9 milhões, correspondentes a 66,7% do limite/teto respectivo;
- as contratações na Faixa de Fronteira totalizaram R\$ 336,8 milhões no 1º semestre de 2015, o que representa 28,8% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2015 (R\$ 1.169,3 milhões);

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

- na Mesorregião de Águas Emendadas, foram contratados R\$ 227,1 milhões, o que representa 44,3% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2015 (R\$ 512,3 milhões);
- os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a PNDR, absorveram R\$ 875,2 milhões e R\$ 541,6 milhões, correspondentes a 33,3% e 20,6% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões), respectivamente. Juntos, esses municípios absorveram R\$ 1.416,8 milhões, o que representa 41,2% do montante de recursos previstos para aplicação nos referidos espaços em 2015 (R\$ 3.435,6 milhões);
- os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 1.210,3 milhões, correspondentes a 46,1% do total contratado na Região;
- o DF e o Estado de GO concentraram as aplicações em municípios de alta renda (67,7% e 64,4% respectivamente) e o Estado de MS em municípios de economia estagnada (54,4%) e o Estado de MT em municípios de economia dinâmica (45,8%);
- na RIDE, foram formalizadas 3.938 operações no montante de R\$ 392,3 milhões, sendo 2.954 operações no valor de R\$ 265,6 milhões no DF e 984 operações no valor de R\$ 126,7 milhões no Entorno. O valor aplicado no Entorno (R\$ 126,7 milhões) representa 72,5% do previsto para aplicação no referido espaço em 2015 (R\$ 174,8 milhões);
- 8.758 pessoas físicas e jurídicas obtiveram financiamentos com recursos do FCO pela primeira vez, absorvendo R\$ 778,7 milhões, ou seja, 29,6% do total de recursos aplicados (R\$ 2.627,1 milhões);
- no 1º semestre de 2015, as instituições operadoras do repasse aplicaram R\$ 50,6 milhões, o que representa decréscimo de 39,5% em relação ao montante observado no 1º semestre de 2014 (R\$ 83,7 milhões);
- das 38.773 propostas existentes no Banco no valor de R\$ 3.388,4 milhões, 36.797 no valor de R\$ 2.627,1 milhões foram contratadas e 1.976 no valor de R\$ 761,3 milhões não foram;
- a carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2015, saldo de R\$ 21.771,2 milhões, o que representa incremento de 10,6% em relação ao observado em 30.06.2014 (R\$ 19.681,8 milhões);
- o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) foi de apenas 0,3% (índice global) e 0,3% (índice da carteira com risco exclusivo do Banco); e
- a empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes, por meio de relatório datado de 16.11.2015, registrou que, em sua opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais, descritas nas Notas Explicativas n.º 2 e 3 às referidas demonstrações contábeis.

14. PARECER

Em cumprimento ao que dispõem os arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e art. 10, *caput* e §§ 1º a 3º, da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, sugerimos encaminhar à deliberação do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) o Relatório apresentado pelo Banco do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2015, **com parecer** da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) **favorável à sua aprovação**.

SIMONE APARECIDA SILVA RODRIGUES
Chefe de Serviço
CGFCO/DIPGF/Sudeco/MI

CLEUBER MONTEIRO PAIXÃO
Chefe de Divisão
CGFCO/DIPGF/Sudeco/MI

JANE HERCÍLIA DE SOUSA DIAS
Analista Técnico Administrativo
CGFCO/DIPGF/Sudeco/MI

LUCIANA DE SOUSA BARROS
Coordenadora
CGFCO/DIPGF/Sudeco/MI

CLAUDIA HELENA E SILVA
Agente Administrativo
CGFCO/DIPGF/Sudeco/MI

EVERALDO FERNANDES BENEVIDES
Diretor de Implementação de Programas e de Gestão
de Fundos – Sudeco/MI

LUIS FELIPE CARDOSO GONÇALVES
Agente Administrativo
CGFCO/DIPGF/Sudeco/MI

CLEBER ÁVILA
Superintendente – Sudeco/MI